

**ATA DA 427ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – CEPRAM**

No dia 27 de junho de 2025, ocorreu a 427ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM de forma presencial, no Auditório da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM. Participaram da reunião os conselheiros abaixo listados, além de convidados. Mariana Mascarenhas – SECEX, após verificação do *quórum*, desejou um bom dia para todos e informou que todos receberam a pauta no prazo regimental e informou que a reunião estava sendo gravada para que, depois, a SECEX pudesse elaborar a ata. Luiz Vitor – IDEIA ponderou que o mandato dos Conselheiros não está mais vigente e que teria que providenciar recondução para não ter problema com as decisões tomadas pelo CEPRAM. Na ocasião o conselheiro mencionou a questão da contratação Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, da reforma da carreira e do concurso dentro da SEMA. Eduardo Sodré Secretário SEMA/Presidente do Conselho informou que iria participar do início da reunião, porém não iria ficar até o final, pois foi convocado pelo Governador. Quanto ao mandato dos conselheiros do CEPRAM, de fato já estava vencido, mas está na pauta desta reunião para resolver. Ressaltou que nos primeiros seis meses à frente da gestão da SEMA, se encarregou de abrir um processo de reforma administrativa da SEMA, um processo de concurso e um processo de REDA e desde o início falou que só poderia realizar concurso se resolvesse a questão da carreira, caso contrário seria um concurso extremamente ineficaz, porque a carreira não é atrativa e não tem outras formações na carreira que permitem preencher com pessoas qualificadas a gestão dentro da SEMA e do INEMA, então este foi um acordo. Quanto à questão do REDA, pontuou que este tipo de contratação na gestão, seria uma ferramenta de sobrevivência para continuar prestando o serviço público, não inviabilizando a realização das outras etapas como a Reforma da Carreira e Concurso Público. Destacou que a reforma de carreira foi assinada e encaminhada para a Assembleia Legislativa – ALBA e a expectativa é que seja aprovada no mês de julho, permitindo assim iniciar as tratativas do concurso. Renato Cunha – GAMBÁ elogiou a presença do Secretário na reunião e pontuou que o Conselho sente falta da presença do Secretário e Presidente do CEPRAM nessas reuniões, porque é o CEPRAM que discute as políticas ambientais e isso tem toda importância. Com relação a questão dos servidores e do fortalecimento da gestão ambiental, pediu a palavra para que Ana Cordeiro representante da Associação Pré – Sindical dos Servidores de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia - ASCRA fale sobre esta questão. Ana Cordeiro – representante da ASCRA agradeceu o convite em participar da reunião do CEPRAM. Pontuou que a pauta da ASCRA não são só as questões trabalhistas, mas também o

38 fortalecimento da Gestão do Meio Ambiente. Informou que de fato o Governo já assinou
39 a proposta da reforma de carreira e já foi encaminhada para a ALBA. Ressaltou que a
40 participação do Secretário neste processo foi muito importante, porém ponderou que
41 não vai ser como os servidores queriam, mas vai melhorar e tirar daquele sufoco que
42 estavam de uma falta de isonomia gritante, entre quem entrou no concurso de 2003 e
43 no de 2014. Destacou que havia uma diferença muito grande, além de um ambiente
44 ruim internamente, inclusive com diferença salarial entre colegas que faziam as mesmas
45 tarefas. Pontuou que melhorando esta questão da carreira, parte-se para uma outra
46 etapa que é dar continuidade à resolução dessas
47 questões que repercutem também na gestão da carreira, a qual
48 tem uma especificidade na área ambiental, a de trabalhar a proteção ambiental,
49 a relação com a sociedade e o desenvolvimento sustentável. Então é uma carreira que
50 tem a necessidade de ter uma especificidade, como outras carreiras fiscais têm, pois
51 atualmente os servidores do meio ambiente e recursos hídricos não têm características
52 típicas de carreira de Estado. E a ASCRA entende que isso faz parte do fortalecimento
53 do Sistema. Ponderou ainda, a contratação de REDA, é um formato que fragiliza não só
54 o trabalho, mas sim o sistema no geral, não só financeiramente e profissionalmente,
55 porque os profissionais do REDA não têm a cobertura que os servidores efetivos
56 possuem. Finalizou informando que a ASCRA tem a função de fortalecer a carreira do
57 fiscal, do analista ambiental, do Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos na
58 Bahia. Renato Cunha – GAMBÁ informou que estava na pauta da reunião passada do
59 CEPRAM o Planejamento, porém não houve tempo para tratar deste ponto direito, e
60 ressaltou a importância deste Conselho ter um planejamento, assim como da
61 necessidade de convocação das Câmaras Técnicas do Conselho, as quais não estão
62 tendo reuniões, com exceção da CT Recursal que vem se reunindo, ou seja, tem que
63 estruturar de novo o que precisa fazer neste Conselho para melhorar a gestão. Falou
64 também da preocupação com a questão do Gestão Ambiental Compartilhada - GAC e
65 inclusive teve contato com alguns municípios que falam da importância de ter uma
66 política melhor para o funcionamento e fortalecimento dos Conselhos Municipais do
67 Meio Ambiente e essa é uma demanda que o CEPRAM precisa avançar. Outra questão
68 que preocupa são os critérios de autorização de Supressão de Vegetação, inclusive já
69 teve uma proposta feita pelas Universidade de uma Resolução CEPRAM para tratar
70 desses critérios para supressão de vegetação, já deve está na pauta da SEMA e INEMA,
71 e é importante avançar nisso, pois preocupam essas autorizações de supressão de
72 vegetação no cerrado, caatinga. Informou que todos devem ter acompanhado que foi
73 aprovado no Senado projeto de Lei de licenciamento, que trata da Projeto de Lei da
74 Devastação, e que enfraquece tudo que é feito na Política Ambiental, este Conselho



75 não pode permitir que este projeto avance e seja aprovado, pois vai desmontar toda a
76 Política Ambiental. Perguntou qual a solução que o Governo da Bahia está tendo em
77 relação a isso? Luiz Galvão – SINDICAL pontuou que o INEMA possui um banco de
78 dados robusto, contendo os vários tipos de processos administrativos, e se esse banco
79 de dados fosse utilizado permitiria o conhecimento das situações de todos os
80 ecossistemas e isto possivelmente foi impactado tanto pela escassez da mão de obra
81 técnica especializada, como também na celeridade dos andamentos dos processos
82 administrativos. Ressaltou a importância de utilizar inteligência artificial para melhorar a
83 eficiência e celeridade dos processos administrativos do INEMA. Martin Mayr – ADES
84 informou que o presidente da AIBA tem feito pressão para agilizar as licenças de
85 outorga, considera-se legítimo isso que ele fez, porém não é prudente. Pontuou que foi
86 feito estudo da situação hídrica de todo Estado Brasileiro e dentre as bacias analisadas
87 a situação mais grave é da Bacia do São Francisco entre 1970 à 2021 houve uma
88 diminuição da vazão total e solicitou que o Secretário coloque os técnicos para se
89 debruçarem sobre este estudo. Além disso pontuou a questão do processo de
90 desmatamento desde 2015 na Estrondo e chamou muita atenção e a ADES denunciou
91 o desmatamento da Estrondo de 25.000 hectares em Bom Jesus. Gustavo Hees –
92 GAMBÁ pontuou que faz parte do comitê da Bacia do Itapicuru e que foi encaminhado
93 ofício ao Governador e à SEMA solicitando esclarecimentos quanto: o andamento do
94 processo de criação das unidades de conservação dentro do Estado, como: da Apa
95 Nascente do Itapicuru, Serra da Jiboia, Chapadinha; como anda a discussão da zona
96 de amortecimento da Parque Estadual das Sete Passagens. Eduardo Sodré –
97 Secretário e Presidente do CEPRAM esclareceu os questionamentos: quanto a
98 questão do banco de dados levantada, o Estado quer fazer isso no Sistema Estadual de
99 Informações Ambientais e Recursos Hídricos- SEIA, trabalhando a celeridade,
100 segurança jurídica, informação, e inteligência artificial. Destacou que a ideia é que o
101 novo SEIA tenha uma Integração das informações entre fiscalização, a regulação e o
102 monitoramento, permitindo assim, que enquanto secretário teria a ideia do todo e que
103 os senhores como conselheiros na função que exerçam possam também ter as
104 informações necessárias. Pontuou que tem reuniões periódicas com os representantes
105 do poder público, e a ideia é trazer o que está sendo discutido dentro da secretaria,
106 mesmo que ainda não seja o momento de trazer para a discussão do CEPRAM, mas
107 para que os senhores entendam o que está sendo discutido internamente na SEMA e
108 no INEMA, desde as Unidades de Conservação, Planos de Manejo, Adaptabilidade
109 (Programa do Ministério do Meio Ambiente), entre outras pautas para que o Conselho
110 tenha conhecimento. Com relação ao ofício informou que recebeu e que direcionou para
111 o INEMA, inclusive reiterou a Maria Amélia Diretora Geral, ela estaria hoje na reunião,

BP ID

112 mas não pôde comparecer porque teve outra agenda. Quanto à Projeto de Lei da
113 Devastação entende desta forma, inclusive informou que ajudou o Senador Jaques
114 Wagner na posição do PT para o Senado, fazendo a justificativa para a liderança do
115 partido e ressaltou que não participará do 02 de julho, vai para Brasília participar de uma
116 Reunião Extraordinária da Comissão Tripartite Nacional, da qual faz parte
117 representando a ABEMA e na ocasião será discutido justamente a unicidade da posição
118 entre Estados, União e Municípios e enfatizou que vai trabalhar enquanto Estado e
119 ABEMA posição unificada, pois tem pontos que precisam de fato terem uma outra
120 guinada, caso contrário o prejuízo será grande. Em relação a Bom Jesus, relatou que
121 foi uma das maiores multas aplicadas, de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões), hoje
122 está atualizada em quase R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões) e provavelmente irão
123 solicitar a conversão de multa. Quanto a questão da Estrondo está sendo negociada
124 com a PGE, junto com a Casa Civil, o Secretário Afonso Florense tem liderado isso para
125 tentar fazer um acordo para fazer alguns monitoramentos naquela região e está em vias
126 de acontecer. Em relação a questão da pressão do Presidente da AIBA, ressaltou que
127 não cederá pressão nenhuma, e inclusive disse isso em reunião. Destacou que nunca
128 criticou nenhum setor nem empresarial, nem sociedade civil. No que se refere a questão
129 da investigação correndo em sigilo entre os investigados e o Ministério Público. Pontuou
130 o que sabe é o que é de conhecimento de todos, que foi exonerado um servidor e ele
131 está sendo investigado. Mariana Mascarenhas – Diretora da DIEAS / SEMA ressaltou
132 que tiveram algumas questões que foram pontuadas do funcionamento. Informou que a
133 equipe SEMA, superintendências, diretorias fez uma reunião com o secretário com o
134 objetivo de fazer um balanço do que foi o primeiro semestre e organizar o segundo
135 semestre, no sentido do que o precisa ser feito e o que tem que destravar. Nesse sentido
136 foi pontuado na ocasião da reorganização dos colegiados dentro da SEMA, passando
137 a ficar da seguinte forma: o CEPRAM, a CIEA e a Comissão Tripartite ficam vinculados
138 à Diretoria de Educação Ambiental para a Sustentabilidade – DIEAS; o CONERH ficará
139 vinculado à área Técnica da Secretaria que trata especificamente de Recursos Hídricos
140 Diretoria de Política e Planejamento Ambiental – DIPPA; o Fórum Baiano de Mudanças
141 Climáticas – FBMC ficará vinculado à Coordenação de Ações Estratégicas – COAES
142 que está ligada ao Gabinete do Secretário; Comitê da Reserva da Biosfera da Mata
143 Atlântica - CERBMA ficará vinculado à Diretoria de Políticas de Biodiversidade e
144 Florestas – DPBIO, então estão sendo feitos esses arranjos internamente e essa
145 distribuição foi pensada para que os colegiados ficassem mais próximos das áreas
146 técnicas afins. Nesta reunião interna também foi conversada bastante que se leve para
147 o Conselho não só pautas que são pertinentes a uma deliberação, mas também trazer
148 pautas para diálogo e para a melhoria das políticas de um modo geral, como exemplo



149 do que está sendo feito com o Ministério do Meio Ambiente que é o programa
150 AdaptaCidades. No que se refere ao Planejamento do CEPRAM, rememorou que na
151 reunião anterior do Conselho foi falado do Planejamento e foram dados
152 encaminhamentos, de o planejamento ser trabalhado nesses dois meses nas Câmaras
153 Técnicas. Porém, de fato não se conseguiu reunir as câmaras técnicas, mas é preciso
154 que todos tenham o entendimento que além da reestruturação que a SEMA está
155 passando internamente, que se tem que acomodar todos as pautas, existe também uma
156 reestruturação da pauta do Conselho com a questão dos autos de infração. Então, isso
157 tem demandado muito tempo e muita energia da equipe para que se consiga organizar
158 o trabalho da CT Recursal e organizar as demandas dessa câmara técnica dentro do
159 INEMA, pois existe uma demanda da CT Recursal que se estabelece uma
160 reorganização de como os autos de infração cheguem, então é preciso reuniões com a
161 equipe de fiscalização, com a Procuradoria Jurídica. Foi feita também uma reunião com
162 segmento do poder público, por conta da demanda desta câmara e, assim sugeriu que
163 a sociedade civil se organize para regularizar essa câmara técnica, porque infelizmente
164 esses dois segmentos poder público e sociedade civil não têm tido uma participação
165 qualificada e produtiva para que se dê vazão aos autos de infração e ao mesmo tempo
166 se colocou à disposição para ajudar. Esclareceu que a pauta da CT Recursal de auto
167 de infração está difícilíssima, vocês não sabem por que não estão mais vindo para a
168 plenária, por um desejo de todos. Diante disso, solicitou que os conselheiros tenham
169 um pouco de compreensão para este momento que estão sendo feitas essas
170 reorganizações. Destacou que o Planejamento do Conselho existe, e já deliberou na
171 última reunião que as câmaras técnicas precisavam olhar e efetivamente dizer e
172 priorizar as pautas específicas para serem trabalhadas na Câmaras e também no âmbito
173 da plenária do Conselho. Ressaltou que a Secretaria ainda está no período de transição,
174 então tudo que vocês precisarem relacionados a esses colegiados, vocês vão poder
175 continuar mandando para o e-mail da SECEX, que encaminhamos para os novos
176 responsáveis. Pontuou ainda que tem dois meses que assumiu a Diretoria, então assim
177 ainda precisa-se acordar inúmeras coisas e acredita que na próxima reunião do
178 CONERH irá participar para passar a coordenação deste Conselho para Larissa Cayres
179 e Tiago Porto que irão tocar a agenda do CONERH e suas câmaras técnicas. Diante do
180 exposto, explicou que a SECEX deixa de existir, pois na estrutura formal da SEMA não
181 existe esta Secretaria Executiva e por isso, existe um processo da reforma
182 administrativa da SEMA que já passou pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, já
183 passou pela Secretaria de Administração – SAEB, mas precisa ser deliberada pela
184 Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA, e se aprovado essa reforma administrativa ai
185 sim cria-se uma estrutura de Secretaria Executiva de Conselho, conforme tem no



186 Conselho de Educação, com estrutura contendo cargos específicos para exercer o papel
187 de Secretaria Executiva e que hoje a SEMA não possui nem para o CONERH e nem
188 para o CEPRAM e a SEMA deseja muito que saia logo e quando isso acontecer vai
189 conseguir ter um espaço específico. Passou -se para os pontos da pauta. Constaram
190 na pauta os seguintes itens: Minuta de recondução do Biênio 2023/2025; Análise da Ata
191 da 423ª Reunião Ordinária do CEPRAM, realizada no dia 28/06/24; da 1ª reunião
192 extraordinária CEPRAM realizada em 26/07/24; da 424ª Reunião Ordinária do
193 CEPRAM, realizada em 30/08/24; 425ª Reunião Ordinária do CEPRAM, realizada em
194 25/10/24; Análise de Processos: Processo analisado na 1ª Reunião Extraordinária da CT
195 Recursal do dia 13/05/25: Indicação de representante de cada segmento para vaga de
196 2º Suplente da CT Recursal, conforme estabelece art. 3ª da Resolução CEPRAM 5.240
197 de 28/06/24 - Institui a Câmara Técnica Recursal de Infrações Ambientais – CT Recursal
198 no âmbito do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, define a sua finalidade,
199 competências, composição, funcionamento e dá outras providências; Apresentação
200 sobre a 4ª Conferência Estadual do Meio Ambiente – CEMA ; Informes; O que ocorrer.
201 Perguntouse alguém tem algo a falar sobre a pauta? Leila Oliveira – Sindicato de
202 Produtores de Ibicoara sugeriu que na pauta os segmentos já se organizarem em
203 relação a escolha da 2ª suplência da CT Recursal, porque aí ganha-se tempo e ressaltou
204 que a decisão de colocar uma 2ª suplência foi justamente para tentar sanar a questão
205 do quórum e é uma oportunidade das instituições se fazerem presentes nas reuniões.
206 Mariana Mascarenhas explicou que a CT Recursal tem três representações titulares de
207 cada segmento, porém anteriormente ela tinha apenas 01 suplência, que normalmente
208 vocês intercalam instituições e agora é preciso que cada segmento indique mais 03
209 representantes na condição de 2º suplente. Quanto a questão de recondução do
210 Conselho, explicou que em 2022 Conselho passou pelo processo eleitoral e a posse da
211 gestão foi dada em março de 2023, então deveria no ano passado ter iniciado um
212 processo eleitoral para a nova gestão ou ter decidido pela recondução e de fato com o
213 processo da Conferência do Meio Ambiente a equipe da SECEX se passou com o prazo,
214 então por isso precisa-se organizar isso. Diante disso, internamente, foi conversado com
215 a Assessoria especial que dá suporte ao Gabinete do Secretário para verificar como
216 poderia ser trabalhado isso e a sugestão foi que trouxesse para a plenária a sugestão
217 de que haja uma recondução dessa gestão, inclusive existe uma proposta de minuta
218 para a recondução com os argumentos e justificativas para esta ou pode ser decidido
219 que não será reconduzida essa gestão, então paralisa as atividades do Conselho e
220 inicia-se um novo processo de eleição. Passou a lê a proposta minuta de recondução
221 dos membros do CEPRAM para Biênio 2025/2027. Luiz Galvão – SINDICAL pontuou
222 que o plenário do CEPRAM está legislando em causa própria, então não seria uma



223 resolução, mas sim um documento institucional superior a resolução. Mariana
224 Mascarenhas esclareceu que anteriormente, já foram feitas outras reconduções por
225 resoluções, mas entendeu a ponderação, como é que a plenária resolve se ela não está
226 mais em vigência. Porém, ratificou que existe um instrumento superior a deliberação em
227 plenária, que prevê que o conselho delibere sobre isso. Luiz Vitor Marsala -IDEIA
228 pontuou que o procedimento da recondução é por resolução mesmo porque tem
229 previsão no Regimento Interno. Mariana Mascarenhas sugeriu fazer um *Ad Referendum*
230 e trazer para a próxima reunião. Maurício Paim – ASSESP SEMA explicou que a
231 ASSESP disse que seria possível dessa forma pois já havia precedentes, mas os
232 questionamentos são pertinentes e pontuou que pode ser feito o *ad referendum*, pois o
233 presidente do Conselho continua sendo o secretário. Passou-se para o ponto referente
234 a análise das atas das reuniões anteriores, estas foram enviadas e não tiveram
235 contribuições por e-mail, porém Walter Schimmelpfeng apresentou contribuições
236 referentes a ajustes de redação, mas não de conteúdo. Foi perguntado se alguém tem
237 mais alguma observação em relação a algumas das atas, como não houve, foi
238 submetido a votação. Após a votação foram aprovadas as atas por unanimidade: Ata da
239 423ª Reunião Ordinária do CEPRAM, realizada no dia 28/06/24; da 1ª reunião
240 extraordinária CEPRAM realizada em 26/07/24; da 424ª Reunião Ordinária do
241 CEPRAM, realizada em 30/08/24; 425ª Reunião Ordinária do CEPRAM, realizada em
242 25/10/24. Passou para a apresentação do processo de recurso administrativo em pauta,
243 foi esclarecido que por conta da nova Resolução CEPRAM 5.240 de 28 de junho de
244 2024 que estabelece que a Câmara Técnica Recursal é a última instância julgadora dos
245 recursos de auto de infrações em casos das decisões serem unânimes e em casos de
246 divergência esses processos de auto de infrações deverão ser submetidos ao Plenário
247 do CEPRAM. Diante do exposto, só houve um processo recursal para ser deliberado no
248 CEPRAM. **Processo: 2016-009711/TEC/AIMU-0675– TOSHIO MARUYA.** Auto de
249 Infração Multa, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no município de Mucugê,
250 por queimar resíduos sólidos contaminados, causando efetiva poluição ou degradação
251 ambiental. A infração foi constatada na Fazenda Agropimenta, na Zona Rural de
252 Ibicoara. A relatora foi Leila Márcia Oliveira – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara
253 que na Reunião da CT Recursal do dia 13/05/2025, votou pela anulação da penalidade,
254 porém na ocasião não houve consenso entre os membros da Câmara, por isso foi
255 colocado em votação e foram 04 (quatro) votos a favor do voto da relatora e 01 (um)
256 voto contrário. Nesta data, como não houve consenso na reunião da CT Recursal o
257 processo foi submetido à plenária, porém por conta de divergências no auto de infração
258 da localização que está se referindo nos autos, diante disso a relatora Leila Oliveira
259 solicitou que este processo retorne a câmara Técnica Recursal, para ser revisto e

reanalisado o processo para que depois este retorne a plenária do Conselho. O próximo ponto de pauta foi as indicações das representações de cada segmento para a vaga de 2º Suplente da CT Recursal que foi estabelecida no art. 3ª da Resolução CEPRAM 5.240 de 28/06/24. Ressaltou que talvez os segmentos não consigam entregarem os nomes desse novo representante na reunião de hoje, mas é preciso que isso seja regularizado com brevidade e esclareceu que a próxima reunião da CT Recursal é 01/07 e gostaria que na terça – feira que vem já estivesse com esses nomes, para que estes sejam anunciados durante essa reunião e a pessoa possa participar para vê os processos que serão distribuídos nesse dia 01.07. O segmento Empresarial indicou: setor indústria: Alberto Carvalho de Oliveira Filho da Suzano S.A para substituir a representante Roberta Casali – Sindibrita na Recursal e indicou Mariene Salatiel Silva da CETREL como 2ª suplente da CT Recursal; E o Setor da agricultura indicou Glauciana Pereira de Araújo - AIBA; setor comércio e serviços indicou como 2º suplente Fernanda Melo Leal da ACB. Já o segmento da Sociedade Civil ficou de indicar posteriormente, pois vai articular com os representantes do segmento. Mariana Mascarenhas informou que o poder público ficou a SESAB, SEMA e falta uma indicação e se colocou à disposição da sociedade civil para fazer uma reunião com todos os representantes deste segmento para conversar sobre o desafio, a importância e necessidade de perfil para ser representante nesta Câmara Técnica. Passou-se para o ponto da Conferência Estadual do Meio Ambiente. Mariana Mascarenhas contextualizou que durante o ano passado até o dia 15/12 aconteceram as conferências Municipais/Intermunicipais com o apoio de muitos consórcios, com o envolvimento de 318 municípios dos 417, o que foi bastante expressivo o que se conseguiu com os municípios. Nos dias 11 e 12 de março de 2025 aconteceu a Etapa Estadual em Salvador, onde foram reunidas mais de 1.500 pessoas, entre observadores, convidados e pessoas delegadas. Foram quase 600 pessoas delegadas eleitas nas conferências Municipais/Intermunicipais que poderiam participar da etapa estadual, porém tiveram algumas desistências, algumas por problemas com liberação de diárias e por conta disso na etapa Estadual teve a participação de aproximadamente 450 pessoas delegadas participando. Na ocasião conseguiu eleger a delegação da Bahia, conforme descrito no regimento interno da Conferência Nacional, através da Portaria 1.079/2024 e foi feito um trabalho interessante para priorizar as 20 propostas dentro dos cinco eixos que serão trabalhados na etapa Nacional. Recentemente teve-se que lidar com uma situação da Comissão Organizadora Nacional que decidiu que um dos documentos que estavam disponibilizados no site deveria ter sido cumprido à risca e neste documento de metodologia que era uma sugestão, determinava que em plenária a eleição de pessoas delegadas deveria seguir uma proporção de 10 para 1, ou seja para cada 10 pessoas delegadas eleitas nas municipais/



297 intermunicipais era possível escolher uma para irem para nacional. Na Etapa Estadual
298 foram eleitas 59 pessoas delegadas para irem para a Etapa Nacional, porém com isso
299 foi preciso reunir novamente os segmentos, porque havia uma necessidade de redução
300 para um total de 44 pessoas, isso foi bem desgastante dentro da COE, foi tentado
301 organizar com a Comissão Organizadora Nacional, porém não houve acordo e em
302 reunião com cada um dos segmentos eles decidiram a forma de fazer a redução da sua
303 delegação. Destacou que foi uma boa Conferência, depois de tantos anos, sem dúvida
304 foi uma boa experiência com o envolvimento das equipes da SEMA e do INEMA. Quanto
305 a Etapa Nacional da Conferência do Meio Ambiente, realizada de 06 à 09 de maio e a
306 contextualizou que: a delegação baiana foi a maior de todos os Estados, isso foi fruto
307 da grande quantidade de conferências livres realizadas na Bahia, apesar dessas
308 conferências não estarem na estrutura da etapa Estadual; informou que o momento de
309 escolha as propostas finais para o resultado da Conferência Nacional foi trabalhado por
310 delegação, onde cada delegação tinha direito a 10 votos das propostas do caderno da
311 nacional e foi decidido em grupo que haveriam 06 propostas que seriam votadas
312 conjuntamente pela delegação da Bahia e cada pessoa delegada teria direito a escolher
313 livremente outras quatro propostas, e frisou que independente daqueles que tinham
314 direito a voto ou não, toda delegação participou das discussões e escolhas das
315 propostas. Destacou que ao final dos trabalhos foram priorizadas 10 propostas, mas
316 ficou considerado que as 100 propostas que já estavam no processo inicial da nacional,
317 seriam propostas validadas por todo o processo da conferência e encaminhadas para
318 todos os segmentos e estruturas de governo. Gustavo Hees – GAMBÁ complementou
319 que foi representante do CEPRAM na Comissão de organização e foi um trabalho
320 hercúleo e foi processo muito interessante não só como representante do CEPRAM,
321 mas como delegado eleito pelos pares, participou de três das conferências municipais/
322 intermunicipais, assim como da Estadual e da Nacional. E sugeriu que a SEMA
323 publicasse as 60 propostas trabalhadas na etapa Estadual, seguindo o que foi feito na
324 Nacional, pois é uma forma de os compromissos que estavam nas propostas da
325 conferência não só prestando um serviço Nacional, mas absorvendo as propostas como
326 compromisso do Estado. Ruy Argeu – SINDICOM reivindicou que a participação deveria
327 ser tripartite, 1/3 para cada Segmento como no ocorre no CEPRAM. E pontuou que a
328 Conferência Nacional foi maravilhosa, uma ótima estrutura, a delegação da Bahia fluiu
329 muito bem com a coordenação fantástica de Mariana, que manteve a união da
330 delegação. Destacou a Conferência Nacional teve muita diversidade de ideias, pessoas
331 e opiniões. Renato Cunha – GAMBÁ informou que estava viajando na época da
332 Conferência Estadual, mas participou das conferências livres tanto baianas, quanto no
333 âmbito nacional e foi como observador na Conferência Nacional. Sugeriu que o



334 CEPRAM faça o acompanhamento/ monitoramento das propostas que saíram da
335 conferência, então na próxima pauta o conselho poderia analisar essas propostas,
336 verificar se serão implementadas, os prazos, responsabilidades. Ressaltou que é
337 importantíssimo a realização dessas conferências desde as municipais até a Nacional
338 é uma política fundamental, que não chega a ser deliberativa, ou seja, não é tudo que
339 sai de proposta que o governo tem que fazer, mas existe um compromisso e o Ministério
340 do Meio Ambiente e o Governo Federal tem que assumir seu papel também. Martin Mayr
341 – ADES elogiou a forma que o Brasil desenvolveu essas conferências com uma política
342 participativa, mas questionou referente as formas que são dadas os encaminhamentos
343 e que os participantes no final do processo não sabem o que foi deliberado. Marcos
344 Lemos – parabenizou pela conferência e reforçou o pedido que os conselheiros
345 anteriores fizeram e pontuou que tem propostas que nasceram nas conferências da
346 Bahia e que são prioritárias na Conferência Nacional e isso para gente é muito
347 representativo e aí é importantíssimo que a SEMA faça disto uma política e não perca
348 isso de vista e dê continuidade e por isso a conferência não terminou ainda tem o
349 processo de fazer e implementar. Mencionou a falta de comunicação coletiva nos
350 territórios, sobretudo nas regiões mais distantes, e ressaltou que esse processo de
351 Conferência Estadual e Nacional mostraram que nestes momentos estão unificados
352 porque enxergam as mesmas coisas. Então, porque não fazer como prática das
353 Secretarias do Estado essa soma com os municípios, para que possa cada vez mais
354 dar visibilidade as boas ações que acontecem na Bahia.

355 Mariana Mascarenhas pontuou que esta observação foi feita por Ruy no momento da
356 plenária da etapa Estadual, mas esclareceu que o Estado seguiu a regulamentação da
357 Conferência Nacional, mas explicou que isso ficou registrado para poder finalizar o
358 processo de avaliação da Conferência Estadual e levar observações para o processo
359 da Nacional. Ressaltou que o Estado teve discordâncias inclusive em relação a esse
360 entendimento de que deveria ser tripartite. Agradeceu a todos pelo reconhecimento pelo
361 trabalho da Coordenação e destacou que houve o envolvimento efetivo da Comissão
362 Organizadora Estadual – COE, de diversas áreas da SEMA e do INEMA para a
363 realização da Conferência como um todo e pontuou que é difícil explicar o impacto de
364 envolvimento de uma conferência internamente, porque isso mobilizou muitas áreas
365 desde a área meio (administrativo, financeiro) não conseguem perceber a importância
366 do dia a dia do trabalho deles para o que a gente está trabalhando enquanto sociedade
367 e após isso passam a valorizar o trabalho de uma forma diferente. Assim, entende que
368 a Conferência trouxe essa importância para o Sistema de Meio Ambiente. Com relação
369 ao Conselho dá continuidade ao monitoramento do que foi produzido na Conferência,
370 concordou a sugestão, porém enquanto está no processo de realização da conferência

371 se tem um esforço de mobilização de todos de tempo e dedicação para que aquilo
372 aconteça e o momento que finaliza esse esforço, dedicação e atenção de todos os
373 envolvidos para acompanhar o que é decidido neste espaço não é o mesmo, então entra
374 no furacão do volume de coisas que se tem para fazer, isso não é uma justificativa para
375 que não se faça, mas sim ponderando que precisa haver o cuidado de todos de como
376 isso será feito e de colocar isso dentro do Planejamento do Conselho, porque isso vai
377 demandar tempo. Destacou desta forma, que é um trabalho de todo o CEPRAM e
378 pontuou que pode sim trazer na próxima reunião ordinária um olhar para o que foi
379 produzido no processo de conferência e uma reflexão de como o conselho fará isso,
380 então não é um trabalho da SEMA, do Governo, as deliberações são para a sociedade
381 e para o governo de um modo geral. Informou que serão encaminhadas as deliberações
382 trabalhadas e priorizadas tanto na Conferência Estadual, quanto na Conferência
383 Nacional. Lembrou que tem hoje vinculado a SEMA e ao INEMA 69 colegiados,
384 contando com Conselhos Gestores de Unidades de conservação, comitês de bacias,
385 enfim são vários colegiados que têm a competência de entre Conferências fazer esse
386 trabalho de reunir as demandas e articular nos diversos territórios. Passou-se para os
387 informes. Miguel Acciolly – IDEIA informou que dia 15/05 participou representando a
388 CTBIO do CEPRAM na oficina de elaboração do Plano de Manejo da APA lagoa
389 Encantada Rio Almada em Ilhéus e agora é esperar a chegada do plano de manejo para
390 análise da CTBIO. Mariana pontuou a importância de os conselheiros darem os retornos
391 e informações das atividades que participam enquanto representantes do CEPRAM,
392 talvez haja a necessidade de criar um momento nas pautas para fazer essas
393 devolutivas. Gustavo Hees – GAMBÁ lembrou da necessidade de devolutivas das
394 demandas do Itapicuru e a vários questionamentos e a não resposta do INEMA. Renata
395 Cunha – GAMBÁ reforçou o retorno das propostas que foram encaminhadas a SEMA:
396 sobre a Salvaguarda Socioambiental, alguns processos de licenciamento e também
397 teve informação o ICMBIO que a questão da Unidade de Conservação da Serra da
398 Jibóia que estavam na pauta deles, porém o ICMBIO disse que a SEMA que vai criar, e
399 por conta disso saiu da pauta deles por enquanto, então quer saber se é isso mesmo e
400 que isso seja viabilizado. Mariana esclareceu que de fato de fato são processos que
401 estão tramitando, porém não sabe em qual estágio se encontram, mas quanto a relação
402 ao ICMBIO pontuou que a questão é como a informação é passada, explicou que não
403 tem o conhecimento que o Estado tenha dito para o ICMBIO não avançar com o
404 processo de criação, porque o estado iria fazer, talvez deva ter havido um outro tipo de
405 diálogo do próprio ICMBIO perguntando e oferecendo parceria para que o Estado
406 assuma essa responsabilidade. O Secretário disse que fossem organizadas as
407 informações desses processos de forma partilhada dentro da própria Secretaria para



que conseguisse dar retorno dessas informações para os conselhos. Informou que na última reunião foi trazido por Martin a questão da investigação envolvendo o INEMA no Oeste, não tem as informações pois esta investigação corre em sigilo e na ocasião o conselheiro também falou da proposta de resolução que ele enviou e parabenizou e no formato adequado o trabalho de desenvolver uma minuta de resolução, e pontuou que será encaminhado para a CTPPDS. Informou que Daniella encaminhou hoje o relatório do Bahia Sem Fogo solicitado pelo Conselho na reunião passada e irá encaminhar para o Conselho por e-mail. No que ocorrer solicitou que fosse deliberado por uma reunião extraordinária, primeiro para tratar do ad referendum, tratar sobre o ajuste necessário na resolução da CT Recursal com, relação a prazo de envio do voto e também gostaria de trazer alguns temas como o andamento do Programa Adaptacidades em parceria com o Ministério do Meio Ambiente , é uma exposição mas não é uma deliberação e a Apresentação da Minuta de Regulamentação do Plano de Gerenciamento Costeiro a fim de compartilhar e discutir com o Conselho e todos concordaram. Gustavo Hees – GAMBÁ informou que está como representante do CEPRAM no Fórum Baiano de Convivência com o Semiárido e vai ter o processo eleitoral para renovação e solicitou a autorização de continuar como representante enquanto não tem redefinição da renovação do CEPRAM. Mariana sugeriu que na reunião em que for feito a recondução já elenque quais os colegiados que o CEPRAM está e estabeleça esses nomes. E para esse momento de escolha para a Gestão do Semiárido permaneça Gustavo e caso depois da reunião queira mudar a indicação será feito a notificação para os responsáveis o Fórum de Convivência com o Semiárido. Sem mais nada a ser tratado à reunião foi encerrada e essa ata será assinada pelo Presidente e pela Secretaria.

Presidente do CEPRAM: Eduardo Mendonça Sodré Martins– SEMA

Secretaria Executiva: Mariana Mascarenhas – SECEX/SEMA

Conselheiros presentes:

Gildélia Maria de Lacerda – SEINFRA

Cristiane Soares Ferreira – SEPLAN

Mateus Almeida Cunha – SEDUR

Luis Fernando Galvão de Almeida – SINDICAL

Sergio de Almeida Bastos – SINPEQ

Rogério Silva da Paixão – FERBA S.A

Ruy Argeu do Amaral Andrade – SINDICOM/BA

Juçara Leão Tanajura – PETROBAHIA

Walter Schimmelpfeng – Solar Energia Locações e Instalações LTDA

Rômulo Alexandrino da Silva – Sindicato Rural de Gandú

Glauciana Pereira de Araújo – AIBA

Leila Márcia Souza Oliveira – Sindicato de Produtores Rurais e Ibicoara

João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ

Martin Mayr – Bioma Cerrado Associação de Promoção de Desenvolvimento Solidário e Sustentável

Gustavo Hees de Negreiros – GAMBÁ

451 Renato Pêgas Paes da Cunha – GAMBA
452 Luis Vitor Marsala – IDEIA
453 Miguel Costa Accioly – IDEIA
454 Marcos Antônio Costa Lemos – Grupo Ambiental Natureza Bela
455 Fernando Guimarães Borba – OSCIP RIO LIMPO
456

457

458

459

460

461

462

463

